

Educação Ambiental na Graduação de Pedagogia: o caso de uma instituição do interior de São Paulo

Environmental Education in the Pedagogy Undergraduate Program:
the case of an institution in the countryside of São Paulo

Educación Ambiental en la Licenciatura en Pedagogía:
el caso de una institución del interior de São Paulo

Natália Martins Ferré¹

Janaína Florinda Ferri Cintrão²

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre a formação dos estudantes de Pedagogia e a Educação Ambiental (EA), buscando identificar pontos de convergência entre essas áreas e compreender as razões dessa possível proximidade. A proposta parte da necessidade de refletir sobre o espaço ocupado pela EA na formação docente. Considerando que vivemos sob um modelo econômico baseado em hábitos de produção e consumo insustentáveis, que comprometem os ecossistemas e ameaçam a regeneração do planeta, torna-se urgente adotar uma visão holística da realidade, compreendendo o universo como uma rede integrada. Com esse propósito, o estudo analisa o curso de Graduação em Pedagogia de uma universidade privada no interior de São Paulo, entendendo que a formação de professores tem papel central na construção de saberes coletivos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental Anos Iniciais e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa, de natureza qualiquantitativa, configura-se como um estudo de caso, com base em revisão bibliográfica, análise documental e coleta de dados por meio de entrevistas e questionários aplicados à coordenadora do curso, professores e alunos da instituição. Os dados foram sistematizados e analisados de forma descritiva e reflexiva. Os resultados revelam deficiências na qualificação dos futuros pedagogos, dificultando a superação de uma visão fragmentada sobre a EA. Ainda assim, o estudo pretende fomentar reflexões, suscitar novos questionamentos e contribuir para o avanço das pesquisas na área, fortalecendo a formação crítica dos estudantes e sua atuação profissional comprometida com a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Temas Contemporâneos Transversais; Pedagogo; Formação Docente.

¹ Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Brasil. Orcid. <https://orcid.org/0009-0005-1455-9635>. E-mail: nataliamferre@gmail.com.

² Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Brasil. Orcid. <https://orcid.org/0000-0003-0160-8395>. E-mail: janainajcitrao.mestrado@uniara.com.br.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between the training of Pedagogy students and Environmental Education, aiming to identify points of convergence between these areas and understand the reasons behind this possible connection. The proposal stems from the need to reflect on the role of EE in teaching. Considering that we live under an economic model based on unsustainable production and consumption habits, which harm ecosystems and threaten the planet's regeneration, it becomes urgent to adopt a holistic view of reality, understanding the universe as an integrated network. With this purpose, the study analyzes the Pedagogy undergraduate course at a private university in the countryside of São Paulo, recognizing that teacher education plays a central role in building collective knowledge in Early Childhood Education, Primary Education, and Youth and Adult Education. The research is of a qualitative-quantitative nature and is configured as a case study, based on a literature review, document analysis, and data collection through interviews and questionnaires applied to the course coordinator, professors, and students at the institution. The data were systematized and analyzed descriptively and reflectively. The results reveal deficiencies in the training of future educators, which hinder the overcoming of a fragmented perspective on EE. Nevertheless, the study aims to foster reflections, raise new questions, and contribute to advances in research in the field, strengthening the critical education of students and their professional engagement with Environmental Education.

Keywords: Environmental Education; Contemporary Cross-Cutting Themes; Pedagogue; Teacher Education.

RESUMEN

Este trabajo investiga la relación entre la formación de los estudiantes de Pedagogía y la Educación Ambiental (EA), buscando identificar puntos de convergencia entre estas áreas y comprender las razones de esta posible proximidad. La propuesta parte de la necesidad de reflexionar sobre el espacio que ocupa la EA en la formación docente. Considerando que vivimos bajo un modelo económico basado en hábitos de producción y consumo insostenibles, que comprometen los ecosistemas y amenazan la regeneración del planeta, se vuelve urgente adoptar una visión holística de la realidad, entendiendo el universo como una red integrada. Con este propósito, el estudio analiza el curso de Licenciatura en Pedagogía de una universidad privada en el interior de São Paulo, comprendiendo que la formación docente tiene un papel central en la construcción de saberes colectivos en la Educación Infantil, en los primeros años de la Educación Primaria y en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). La investigación, de naturaleza cuali-cuantitativa, se configura como un estudio de caso, basado en revisión bibliográfica, análisis documental y recolección de datos a través de entrevistas y cuestionarios aplicados a la coordinadora del curso, profesores y estudiantes de la institución. Los datos fueron sistematizados y analizados de forma descriptiva y reflexiva. Los resultados revelan deficiencias en la formación de los futuros pedagogos, lo que dificulta superar una visión fragmentada sobre la EA. Aun así, el estudio pretende fomentar reflexiones, suscitar nuevos cuestionamientos y contribuir al avance de las investigaciones en el área, fortaleciendo la formación crítica de los estudiantes y su actuación profesional comprometida con la Educación Ambiental.

Palabras clave: Educación Ambiental; Temas Contemporáneos Transversales; Pedagogo; Formación Docente.

1 Introdução

A crescente crise ambiental que enfrentamos atualmente tem provocado uma reconfiguração na sociedade, que ainda opera sob um modelo econômico baseado na maximização do lucro e em padrões insustentáveis de produção e consumo, gerando impactos ambientais significativos.

Segundo Loureiro (2004), a globalização da crise ambiental e o aumento dos impactos ecológicos evidenciam que habitamos um planeta rico em biodiversidade, mas cuja estabilidade é vulnerável diante da ação humana. O cenário atual aponta para uma ameaça concreta ao equilíbrio dos ecossistemas e à própria capacidade de regeneração da Terra, comprometendo, em última instância, a sobrevivência humana.

Nesse contexto, torna-se essencial reconhecer o princípio da indissociabilidade entre sociedade e natureza. Freire (1985) já apontava a necessidade de superação da dicotomia entre o ser humano e o mundo natural, legitimando a interdependência entre ambos. Assim, discutir e refletir sobre as questões ambientais é um exercício indispensável para fomentar a empatia e o compromisso com o meio ambiente.

Complementando essa reflexão, Jacobi (2003) defende a construção de uma nova compreensão holística da realidade, baseada na concepção de um universo em rede, no qual os elementos estão integrados. Essa visão nos conduz à necessidade de rever nosso estilo de vida, promover políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento sustentável e adotar os princípios da Educação Ambiental (EA) como diretrizes orientadoras.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental se apresenta como um instrumento estratégico para o fortalecimento da consciência e da corresponsabilidade ecológica. Por meio da ação de educadores, é possível ampliar o engajamento de diferentes segmentos do conhecimento, reconhecendo-se, assim, o papel fundamental da EA na formação docente.

Diante desse cenário, a Educação Ambiental crítica assume um papel fundamental, pois não se limita à transmissão de informações sobre preservação da natureza ou à adoção de comportamentos individuais considerados corretos. Ela propõe uma leitura mais ampla da realidade, capaz de relacionar os problemas ambientais aos modos de produção, ao consumo, às desigualdades sociais e às decisões políticas que atravessam a vida coletiva, em consonância com a perspectiva freireana de leitura crítica do mundo e transformação social (Freire, 1985; Jacobi, 2003).

Ao focalizar o curso de Pedagogia, observa-se sua importância na formação de profissionais atuantes na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de um curso com função social relevante, uma vez que os pedagogos assumem o papel de mediadores no processo ensino-aprendizagem, colaborando na construção crítica dos sujeitos sociais.

Dessa forma, é imprescindível refletir sobre a formação inicial desses educadores, pois são eles os principais responsáveis pelo início da trajetória escolar de grande parte da população. Platzer (2014) destaca que essa formação é o alicerce para o desenvolvimento das competências profissionais que serão demandadas na prática docente.

Diante disso, este estudo direciona sua análise à interface entre Educação Ambiental e formação inicial de professores, na perspectiva de que, ao se apropriar desse tema, o futuro docente poderá contribuir significativamente para a disseminação de práticas e valores voltados à construção de uma sociedade sustentável. Este movimento é capaz de promover experiências sensíveis e transformadoras, ampliando o número de agentes envolvidos em ações cidadãs e ambientalmente responsáveis.

Tem-se como hipótese que a formação inicial em Pedagogia, na instituição estudada, apresenta lacunas na articulação teórico-prática da Educação Ambiental, resultando em uma abordagem fragmentada e predominantemente naturalista da temática.

Assim, esta pesquisa propõe-se a investigar como a Educação Ambiental tem sido inserida no curso de Pedagogia, com o objetivo de fomentar novas discussões, subsidiar pesquisas na área e estimular a reflexão crítica dos discentes durante sua formação e futura atuação profissional.

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de caso. Segundo Yin (2005), essa abordagem permite uma análise aprofundada de fenômenos no contexto da vida real, favorecendo uma compreensão mais ampla e integrada.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica, a partir da seleção de autores e estudos relevantes que tratam da temática da EA. Essa etapa fundamentou teoricamente a pesquisa, orientou a elaboração dos instrumentos de coleta de dados (entrevistas e questionário) e subsidiou a análise e interpretação dos resultados.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética. Em seguida, houve contato com a instituição privada do interior paulista e com a coordenação do curso de Pedagogia, que autorizou o acesso a documentos institucionais, dados estatísticos e aos participantes: a coordenadora, professores e estudantes selecionados por critério intencional, com consentimento livre e esclarecido. Foram consultadas propostas pedagógicas, planos de ensino e a matriz curricular; realizadas entrevistas semiestruturadas com a coordenação e docentes; e aplicados questionários aos alunos. Os procedimentos garantiram confidencialidade e anonimato, e os dados foram organizados e analisados de forma descritiva e reflexiva para compreender a presença da Educação Ambiental na formação inicial em Pedagogia.

2 Educação Ambiental e Pedagogia: diálogos possíveis

A compreensão das interfaces entre EA e Pedagogia exige, preliminarmente, a reflexão sobre o conceito de ambiente, entendido não apenas em sua dimensão natural, mas como uma construção histórica e social. Essa perspectiva, desenvolvida por autores como Lefebvre (1999) e Massey (2008), situa o espaço como produto das relações entre sociedade e natureza, constituindo-se como elemento essencial nas discussões educacionais contemporâneas.

Nesse contexto, a EA se articula com o campo da Pedagogia por meio de sua natureza social, política e formadora. Ambas compartilham a função de mediar e transformar as relações sociais. Conforme Reigota (2010) o ambiente é compreendido como espaço de interações dinâmicas entre aspectos naturais e sociais, implicando transformações culturais, tecnológicas e políticas.

A EA permanece, em muitos espaços escolares, limitada a práticas conservadoras e desvinculadas de uma formação crítica. Propõe-se, portanto, uma abordagem emancipatória e transformadora, centrada em uma pedagogia crítica. Nesse sentido, autores como Cavalcante (2005) apontam a necessidade de romper com modelos tradicionais e articular a EA a um projeto político que dialogue com o campo do currículo escolar.

Ao problematizar as relações entre currículo e EA, destaca-se a importância das teorias críticas do currículo como base para ações educativas que envolvam uma leitura crítica da realidade. Para Cavalcante (2005), a EA deve assumir um compromisso político com a transformação social, considerando as relações de poder que atravessam as dinâmicas entre sociedade e ambiente.

Junqueira (2007) complementa essa perspectiva ao propor uma Pedagogia Social que valorize as relações socioambientais no contexto escolar. Defende a superação da EA centrada em atividades pontuais (externas) e a valorização de práticas educativas enraizadas nas experiências cotidianas dos sujeitos, fortalecendo vínculos afetivos, sociais e éticos com o meio.

A partir dessas contribuições, compreende-se que a EA, para ser efetiva, deve partir da realidade concreta dos estudantes, possibilitando a articulação entre conteúdos escolares, vivências locais e problemáticas ambientais. Tal abordagem requer o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e conceituais, com foco na formação de sujeitos críticos e atuantes. a EA crítica, para Loureiro (2004), ultrapassa estratégias meramente informativas ou comportamentais, pois compreende que os conflitos socioambientais estão ligados a interesses econômicos, disputas de poder e formas desiguais de acesso aos bens naturais. Por isso, sua presença na formação inicial de professores não deve ser pensada apenas como cumprimento de uma exigência legal, mas como possibilidade de formar sujeitos capazes de analisar a realidade de maneira contextualizada, questionar práticas naturalizadas e intervir de modo mais consciente e responsável, fortalecendo uma formação comprometida com a emancipação e a transformação social.

Por fim, destaca-se que a EA não se limita à conservação de recursos naturais, mas se configura como um processo formativo que envolve dimensões éticas, culturais, econômicas e políticas. Sua efetivação depende de espaços educativos comprometidos

com a formação cidadã e com a construção de alternativas sustentáveis para as relações entre humanos e natureza.

3 Resultados e Discussão

3.1 Especificidades do Curso de Pedagogia

Analisou-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura em Pedagogia, a fim de investigar como a temática da EA tem sido incorporada à formação docente. O PPP, enquanto instrumento normativo e orientador das ações pedagógicas, revela-se fundamental para compreender o compromisso institucional com a formação crítica e cidadã dos futuros professores. Regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) (Brasil, 1996) o documento analisado contempla as diretrizes nacionais para a formação inicial, incluindo temas transversais como Direitos Humanos, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação Ambiental e Libras.

O curso é ofertado em modalidade presencial, com duração mínima de quatro e máxima de oito anos, totalizando 3.200 horas. Sua estrutura curricular é composta por três núcleos: o de estudos básicos, o de aprofundamento e diversificação, e o de disciplinas integradoras. Essa organização curricular busca atender às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais, incluindo a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 (Brasil, 2012), que estabelece as diretrizes para a Educação Ambiental no ensino superior.

A partir da análise de 74 disciplinas presentes na matriz curricular, foram identificadas sete que contemplam diretamente a temática da EA: Educação e Ética; Ciências Naturais: conteúdos e metodologia I, II, III e IV; e Geografia: conteúdos e metodologia I e II. A seleção foi feita com base na presença de descritores específicos e/ou referências explícitas à EA nos planos de ensino das respectivas disciplinas.

A disciplina “Educação e Ética” aborda a EA a partir de uma perspectiva teórica, vinculando-a à reflexão sobre sustentabilidade e responsabilidade social. A bibliografia indicada inclui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1998), nos quais os temas transversais são tratados de forma ampla, incluindo o meio ambiente. No entanto, a abordagem não se aprofunda em práticas pedagógicas concretas relacionadas à temática ambiental.

Nas disciplinas “Ciências Naturais: conteúdos e metodologia I e II”, voltadas à Educação Infantil, observa-se uma proposta mais aplicada, com atividades como análise de materiais didáticos, desenvolvimento de projetos, e discussão de filmes e documentários. A Resolução CNE/CP nº 2/2012 (Brasil, 2012) é destacada como base legal. Ainda assim, há ausência de detalhamento quanto aos materiais utilizados, o que limita a avaliação da efetividade das práticas propostas.

As disciplinas de Geografia (I e II) também evidenciam a presença da EA por meio da Resolução supracitada, abordando o papel da Geografia no processo de construção da cidadania ambiental. Metodologias como aulas dialogadas, atividades em grupo, construção de material didático e uso de diferentes linguagens são mencionadas. No entanto, assim como em outras disciplinas, não há especificação sobre os conteúdos utilizados, o que fragiliza a relação teoria-prática.

Nos componentes curriculares “Ciências Naturais: conteúdos e metodologia III e IV”, voltados aos anos iniciais do Ensino Fundamental, há uma retomada dos objetivos e propostas das disciplinas anteriores, mantendo-se o foco na articulação entre ciência, cidadania e meio ambiente. São mencionadas atividades como visitas técnicas ao Centro de Divulgação Científico Cultural (CDCC/USP) e ao Zoológico de Bauru-SP. No entanto, a ausência de roteiros ou objetivos claros para essas atividades compromete a compreensão de seus vínculos com a EA.

Outro ponto relevante observado foi a recorrência de referências bibliográficas entre as disciplinas analisadas, o que sugere uma uniformização do conteúdo abordado. Embora tal prática possa garantir uma base comum, ela também pode limitar a diversidade de olhares sobre a temática ambiental e comprometer a formação crítica e interdisciplinar dos discentes.

A análise do PPP evidencia que, embora a Educação Ambiental esteja formalmente contemplada em diversas disciplinas da matriz curricular, sua abordagem se mostra, em muitos casos, superficial ou pouco sistematizada. A EA é tratada principalmente como exigência legal, sendo reiteradamente vinculada à Resolução CNE/CP nº 2/2012, (Brasil, 2012) mas com escassa articulação prática, metodológica e interdisciplinar. A repetição de referências bibliográficas e a ausência de clareza quanto às atividades propostas indicam uma fragilidade na consolidação da EA como eixo formador. Diante disso, ressalta-se a importância de

um investimento mais consistente na formação docente, de modo a promover uma Educação Ambiental crítica, contextualizada e integradora, capaz de preparar professores comprometidos com a transformação socioambiental.

3.2 Percepção docente

Com base na análise dos planos de ensino de sete disciplinas que abordam a EA, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as docentes responsáveis, a fim de aprofundar a compreensão das propostas pedagógicas. As entrevistas, conduzidas via Google Meet.

Duas professoras lecionavam as disciplinas analisadas: Professora 1 (Doutora, 12 anos de experiência) e Professora 2 (Pós-doutorado, 17 anos de experiência). Ambas demonstraram empatia com a temática ambiental e se mostraram colaborativas durante o processo de pesquisa.

Durante as entrevistas, observou-se a repetição de referências bibliográficas entre algumas disciplinas, o que se justificou pela mudança no formato das disciplinas - de anual para semestral a partir de 2019. Segundo as docentes, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ainda passa por ajustes, e os planos de ensino deverão ser reformulados.

Discutiu-se a realização de atividades externas e sua ligação com a EA. Embora haja interesse em promover tais experiências, desafios logísticos e a rotina das alunas, que trabalham em horário comercial e estudam à noite, dificultam a viabilização. A Coordenadora 1 relatou dificuldades em organizar passeios aos finais de semana, devido à ausência de monitores em instituições como zoológicos. Mesmo com planejamento, a adesão das alunas tem sido baixa, muitas vezes por exaustão, compromissos familiares ou acadêmicos.

Diante disso, apontou-se a necessidade de repensar essas práticas. As professoras sugerem desenvolver atividades que ocorram no horário das aulas, incluindo abordagens alternativas como gamificação, projetos, estudos de caso, oficinas e interação virtual com outros grupos.

Professora 1, que lecionou a disciplina “Educação e Ética” apenas uma vez (em 2019), buscou alinhar o conteúdo à sua expertise e ao perfil dos cursos de Pedagogia e Biologia, utilizando seminários como estratégia de ensino. Não chegou a avaliar a disciplina, pois não houve novas turmas após aquela aplicação.

Professora 2, responsável por ministrar as disciplinas de Ciências e Geografia, relatou dificuldades em aprofundar a EA devido à carga horária extensa e ao tempo limitado. Para engajar as estudantes, ela utiliza vídeos do TED Talks, minicursos e autores considerados fundamentais para introduzir reflexões iniciais sobre EA.

Durante a pandemia, as aulas foram remotas, o que permitiu maior uso de recursos audiovisuais e acessibilidade aos materiais via Google Classroom. Contudo, a ausência do convívio presencial e a carência de infraestrutura tecnológica nas salas físicas dificultaram a implementação eficaz do que está previsto no PPC.

Apesar das limitações, as entrevistas mostraram que as docentes fazem esforços para incluir a EA na formação inicial dos pedagogos, embora ajustes ainda sejam necessários para garantir sua efetividade.

3.3 Discentes da Graduação de Pedagogia

Aplicou-se inicialmente um questionário às alunas do curso de Pedagogia. No entanto, em razão da baixa adesão, optou-se pela realização de entrevistas individuais semiestruturadas, conduzidas de forma remota, com roteiro previamente elaborado. As entrevistas foram realizadas com quatro discentes, cujas identidades foram preservadas.

Todas as participantes eram do sexo feminino, com idade superior a 20 anos, e ingressaram no curso em 2019. Tais dados corroboram as informações fornecidas pela coordenação e pelos docentes do curso. Observou-se, ainda, a disposição e o interesse das entrevistadas em colaborar com a pesquisa, o que contribuiu positivamente para a construção do material empírico.

No que tange à EA, todas as participantes afirmaram ter cursado as sete disciplinas que abordam essa temática, conforme previsto no PPC correspondente ao ano de ingresso. As concepções expressas pelas discentes associam a EA a termos como meio ambiente, natureza, reciclagem, poluição e desmatamento. As referências à EA estiveram majoritariamente vinculadas às disciplinas da área de Ciências Naturais, especialmente as intituladas “Conteúdos e Metodologia I, II, III e IV”.

Além dessas, outras disciplinas mencionadas pelas participantes como abordando a temática ambiental de forma pontual foram “Educação e Ética” e “Geografia: conteúdos e metodologia I e II”. Diante de um total de 74 componentes

curriculares, constata-se que apenas sete abordam diretamente a EA, o que representa aproximadamente 9,46% da matriz curricular, o que mostra a incipiência da presença da temática ambiental na formação inicial das futuras pedagogas. Tal fato contraria diretrizes legais que defendem a inserção da EA de forma transversal e interdisciplinar. Conforme a BNCC, os Temas Contemporâneos Transversais, como a EA, devem ser trabalhados na educação básica de modo interdisciplinar e transdisciplinar, com associações que possibilitem reflexões a respeito de questões da vida cidadã, estando, deste modo, presente de algum modo em todas as disciplinas. Contudo, a graduação em Pedagogia neste caso específico não favorece uma formação adequada para que as futuras pedagogas possam trabalhar a temática de modo adequado.

Quanto às metodologias adotadas nas disciplinas, destacaram-se a leitura de artigos científicos, apresentações orais e vídeos educativos. As discentes relataram, contudo, dificuldade em recordar a realização de atividades práticas ou lúdicas associadas à EA. Em relação às atividades extracurriculares e estágios obrigatórios, duas participantes relataram restrições decorrentes de suas obrigações profissionais, enquanto outras duas mencionaram participação esporádica em eventos acadêmicos relacionados ao tema, além de integrarem um grupo de estudos em EA na própria instituição de ensino superior. A presença dessas estudantes em grupos de pesquisa reforça a relevância de espaços formativos que ampliem o repertório teórico e prático sobre a temática ambiental.

No tocante às propostas de intervenção futura em contextos escolares, foram sugeridas pelas professoras entrevistadas ações pontuais, como construção de hortas, brinquedos com materiais recicláveis e instalação de lixeiras seletivas. Entretanto, não se observaram menções à necessidade de análise do contexto socioambiental ou das especificidades dos sujeitos envolvidos, o que evidencia uma compreensão ainda restrita da EA, centrada em práticas isoladas e desprovidas de criticidade.

Nesse sentido, é pertinente a reflexão proposta por Jacobi (2003), ao destacar que a Educação Ambiental exige um processo formativo mais amplo, voltado à compreensão das inter-relações entre sociedade e natureza, à internalização das problemáticas ambientais e à construção de práticas educativas pautadas na

sustentabilidade. A autora enfatiza o papel dos docentes como mediadores de saberes que promovam uma consciência crítica e responsável frente aos desafios socioambientais contemporâneos.

As falas das estudantes mostram que a EA ainda é muitas vezes compreendida de modo restrito, associada sobretudo à reciclagem, à poluição ou ao cuidado com a natureza. Embora esses elementos sejam importantes, eles não esgotam a complexidade do tema. A EA crítica amplia essa compreensão ao mostrar que os problemas ambientais também estão relacionados a escolhas políticas, modelos de desenvolvimento e relações sociais desiguais. Nesse sentido, a formação docente precisa avançar para que as futuras pedagogas consigam trabalhar a temática não apenas como conteúdo, mas como eixo formativo capaz de desenvolver reflexão, participação e posicionamento crítico (Jacobi, 2003; Loureiro, 2004; Sauvé, 2005).

Portanto, observa-se que as concepções apresentadas pelas discentes evidenciam uma abordagem reducionista da EA, limitada a aspectos naturalistas e desvinculada de uma perspectiva crítica e transformadora. Ressalta-se que o contexto pandêmico da Covid-19, vigente à época da coleta de dados, pode ter influenciado tanto a participação reduzida das alunas quanto as lacunas percebidas na formação oferecida.

Por fim, constata-se que as fragilidades na abordagem da EA podem não se restringir à instituição analisada, ou seja, a grade curricular do curso de Pedagogia de uma única instituição. Porém, os resultados obtidos, isto é, o percentual aproximado de 9,46% da matriz curricular que trata especificamente da EA, reforça a necessidade de revisão das práticas formativas nos cursos de licenciatura, especialmente na Pedagogia, a fim de garantir uma formação docente comprometida com os princípios da educação ambiental crítica e emancipatória.

4 Considerações finais

Este estudo permitiu compreender, por meio de um estudo de caso, como a Educação Ambiental é abordada no curso de Pedagogia de uma instituição privada do interior de São Paulo. A pesquisa investigou as propostas pedagógicas direcionadas ao desenvolvimento da temática no processo formativo dos estudantes.

A relevância da pesquisa está diretamente relacionada à urgente necessidade de se repensar os impactos socioambientais gerados por um modelo econômico focado na lucratividade e sustentado por padrões insustentáveis. Reconhece-se, portanto, que vivemos em um planeta biodiverso, mas cuja sustentabilidade está ameaçada.

A Educação Ambiental, nesse cenário, surge como uma via de transformação, estimulando a consciência crítica e a adoção de comportamentos mais responsáveis. Trata-se de um meio de promover a cidadania ambiental e despertar nos sujeitos um novo olhar para os direitos, deveres e relações socioambientais.

A inserção da EA na educação básica, por meio do trabalho de pedagogos, revela-se estratégica, dada sua função de mediação nos processos educativos. A pesquisa buscou compreender como essa dimensão tem sido contemplada na formação inicial desses profissionais.

Como ponto de partida, foi analisado o PPC, por ser um documento norteador das práticas educativas. A análise evidenciou que, embora a EA esteja contemplada em documentos oficiais e se proponha a ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar, apenas sete das setenta e quatro disciplinas do currículo (9,46%) tratam da temática, o que revela sua presença ainda incipiente.

Diante disso, analisaram-se essas disciplinas e foram realizadas entrevistas com as docentes responsáveis, o que permitiu identificar a necessidade de diversificar as práticas pedagógicas, que ainda estão muito restritas às atividades de campo. Sugere-se a ampliação dessas práticas, com a adoção de metodologias ativas, como gamificação, sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos e oficinas, entre outras, inseridas no contexto das aulas regulares.

As entrevistas e questionários aplicados às discentes indicaram uma baixa participação em atividades científicas e em grupos de pesquisa, bem como dificuldades em conceber e propor projetos pedagógicos com foco na EA. Observou-se também uma compreensão limitada de conceitos-chave como a interdependência entre sociedade e natureza, a abordagem em rede e a sensibilização ambiental.

Esses resultados corroboram a hipótese inicial da pesquisa de que ainda existem lacunas significativas na formação dos pedagogos no que se refere à Educação Ambiental, o que dificulta a superação de uma visão fragmentada e

reducionista da temática. Defende-se, portanto, uma Educação Ambiental que seja crítica, emancipadora, dialógica e transformadora.

Dessa forma, os resultados apontam que a inserção da EA no curso analisado ainda se mostra limitada, mas também mostram a necessidade de fortalecer uma abordagem crítica, interdisciplinar e politicamente comprometida. Como ponto de chegada, espera-se que a formação em Pedagogia favoreça não só o conhecimento sobre questões ambientais, mas a construção de práticas pedagógicas voltadas à justiça socioambiental, à participação coletiva e à transformação das realidades concretas vividas pelos estudantes e pelas comunidades escolares.

Conclui-se que o curso de Pedagogia possui potencial para contribuir significativamente na formação ambiental dos futuros educadores, desde que haja um esforço institucional em integrar efetivamente a Educação Ambiental ao currículo. Destaca-se, de forma positiva, a inserção da temática na disciplina de Educação e Ética, o que pode servir de exemplo para outras áreas.

Por fim, é importante lembrar que esta pesquisa foi desenvolvida durante o período da pandemia de COVID-19, o que impôs desafios e limitações tanto ao ensino quanto à pesquisa. Ainda assim, buscou-se contribuir com o avanço do conhecimento, abrindo espaço para novos questionamentos e propondo caminhos mais colaborativos e reflexivos no campo da Educação Ambiental.

Espera-se, assim, que a investigação possa colaborar para uma formação docente mais comprometida com a sustentabilidade e com os princípios que fundamentam a Educação Ambiental.

5 Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.

CAVALCANTE, L. I. P. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia. Trabalho apresentado na 25. *Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu, MG, 2005.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

JUNQUEIRA, R. G. P. Pedagogia social e educação ambiental: duas faces da mesma moeda. In: *ALMANAQUE de educação ambiental: estação ecológica das águas emendadas*. Brasília: [s.n.], 2007.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MASSEY, D. B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PLATZER, M. B. Práticas de leitura e escrita no ensino superior: contribuições para formação e atuação profissional do pedagogo na educação básica. In: *CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES*, 2.; 12., 2014, Águas de Lindóia. Anais [...]. Águas de Lindóia, 2014.

REIGOTA, M. A educação ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 539-553, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 maio 2025.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In SATTO, Michelle e Carvalho, Izabel. *Educação Ambiental - Pesquisa e Desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido: junho/2025

Aprovado: junho/2026